

Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 125/2025 - Processo nº 12.435/2025



PROCESSO <u>PMB</u> n.º 12.435/2025 PREGÃO ELETRÔNICO <u>PMB</u> n.º 125/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS <u>PMB</u> n.º 328 / 2025

O MUNICÍPIO DE BOTUCATU, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.634.101/0001-15 com sede na Praça Pedro Torres, 100 por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, doravante designado(a) "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representada pela Senhora_ROSEMARY FERREIRA DOS SANTOS PINTON, -RG nº 27.111.238-4 e CPF nº 248.113.398-60, e de outro lado a empresa CONDAFE COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA, sediada na Avenida Zaki Narchi, nº 12860 – Carandiru – São Paulo - SP, cep: 02029-001, inscrita no CNPJ sob nº 10.430.444/0001-10, doravante designado(a) "DETENTOR(A)", em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais instrumentos legais aplicáveis, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, de Registro de preços para possível aquisição de kit de enxoval para bebê, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.
- 1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante, independentemente de transcrição.

1. PRECOS E QUANTITATIVOS

1.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	KIT ENXOVAL PARA BEBÊ COMPOSTO POR: 01 JOGO DE LENÇOL ANTIALÉRGICO PARA BERÇO, 100% ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE 168G/M², CONTENDO 03 PEÇAS: 01 LENÇOL COM ELÁSTICO, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 0,80 X 1,30M, 01 LENÇOL DE COBRIR, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 0,90 X 1,50M E 01 FRONHA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 0,30 X 0,40M), EM CORES NEUTRAS E UNISSEX, SEM NENHUMA ESTAMPA. 01 TOALHA DE BANHO INFANTIL COM CAPUZ, 100% ALGODÃO, COM TEXTURA AVELUDADA, EM CORES NEUTRAS E UNISSEX, COM MEDIDAS	Condafe / Grion	UN	1.500	R\$ 195,74	R\$ 293.610,00





Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



Pregão Eletrônico nº 125/2025 – Processo nº 12.435/2025

APROXIMADAS DO CAPUZ DE 0,22 X 0,42M E DA			
TOALHA DE 0,70 X 1,05M.			
01 TOALHA BEBÊ DE BANHO, TIPO FRALDA, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 0,70 X 1,00M.			
02 MANTA/COBERTOR INFANTIL, EM MICROFIBRA POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO, COM TEXTURA AVELUDADA, ESTAMPADO EM TONS NEUTROS E UNISSEX, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 0,90 X 1,10M.			
03 BODY DE BEBÊ MANGA CURTA, COM GOLA ENVELOPE E ABERTURA ATRAVÉS DE BOTÃO DE PRESSÃO ENTRE AS PERNAS, 100% ALGODÃO, EM CORES NEUTRAS E UNISSEX, SEM NENHUMA ESTAMPA - TAMANHO M.			
03 BODY DE BEBÊ MANGA LONGA, COM GOLA ENVELOPE E ABERTURA ATRAVÉS DE BOTÃO DE PRESSÃO ENTRE AS PERNAS, 100% ALGODÃO, EM CORES NEUTRAS E UNISSEX, SEM NENHUMA ESTAMPA - TAMANHO M.			
03 CALÇAS DE BEBÊ, TIPO MIJÃO/CULOTE, 100% ALGODÃO, COM PÉ REVERSÍVEL, EM CORES NEUTRAS E UNISSEX, SEM NENHUMA ESTAMPA, COM ELÁSTICO NA CINTURA - TAMANHO M.			
02 MACACÕES DE BEBÊ LONGO COM BOTÕES DE PRESSÃO POR TODO COMPRIMENTO, TECIDO EM PLUSH, EM CORES UNISSEX - TAMANHO M.			
05 PARES DE MEIA BEBÊ, COMPOSIÇÃO APROXIMADAMENTE DE 70% ALGODÃO, 27% POLIAMIDA, 3% ELASTANO, - TAMANHO DE 0 A 4 MESES.			
02 SABONETES INFANTIL EM BARRA, GLICERINADO, HIPOALERGÊNICO, FORMULADO COM INGREDIENTES SUAVES QUE LIMPAM E HIGIENIZAM A PELE SEM AGREDIR, MANTENDO A HIDRATAÇÃO NATURAL DA PELE, COM PESO MÍNIMO DE 80G.			

- 1.2. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.
- 1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Departamento de Compras e Licitações



R\$ 293.610,00

VALOR TOTAL



Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

FIS: COPEL

Pregão Eletrônico nº 125/2025 - Processo nº 12.435/2025

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES

- 2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 2.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 2.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2.1.O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 2.2.2.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2.3.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 2.2.4.Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 2.2.5.Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item anterior, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de cancelamento da Ata de Registro de preços com aplicação da penalidade prevista para o descumprimento total das obrigações.
- 2.2.6.No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente (nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil), alternativamente, poderá solicitar o seu envio por meio eletrônico.
- 2.2.7.O prazo indicado no item 3.2.6. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 2.2.8.O não comparecimento do fornecedor para assinatura do contrato ou para retirar os instrumentos equivalentes (nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil), ou quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de devolução do instrumento de contrato assinado ou no caso de instrumentos equivalente (nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil) a ausência de envio de confirmação de





Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 125/2025 - Processo nº 12.435/2025



recebimento dentro do prazo indicado no item 3.2.6. importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

3. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 3.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 3.1.3.Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 3.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto será o IPCA/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo;
 - 3.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 4.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 4.1.2.Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 4.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 4.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES





- 4.2.1.Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 4.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 4.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 4.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.2.5.Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 4.2.6.O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 5.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 5.1.2.Não assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 5.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese em que não comprovar existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado.
- 5.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 5.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.





Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 125/2025 - Processo nº 12.435/2025



- 5.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 5.4.1. Por razão de interesse público;
- 5.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 5.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

6. DAS PENALIDADES

- 6.1. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.1.1.advertência;
- 6.1.2.multa:
- 6.1.3.impedimento de licitar e contratar;
- 6.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 6.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:
- 6.2.1.Multa 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de <u>atraso na entrega</u> <u>ou no início da prestação dos serviços</u>, até o máximo de 20 (vinte) dias.
- 6.2.2.No caso de <u>atraso por período superior a 20 (vinte) dias</u>, ou <u>pela recusa injustificada de fornecimento</u>, fica caracterizada a inexecução total da obrigação e acarretará o Cancelamento do da Ata de Registro de preços aplicando-se a pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor total registrado, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 6.3. Para aplicação das sanções de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei 14.133/21.
- 6.4. Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei 14.133/21.
- 6.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

7. CONDIÇÕES GERAIS

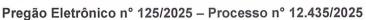
7.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.





Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES





Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Botucatu,

0 7 JUL 2025

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

ROSEMARY FERREIRA DOS SANTOS PINTON

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PELA DETENTORA:

DANILO MATHIAS DE Assinado de forma digital por MORAIS:2161683888 DANILO MATHIAS DE

4

MORAIS:21616838884

Dados: 2025.07.02 10:16:36 -03'00'

CONDAFE COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

iano Pelicio do Setor de Cadastro Registro de Preçus 3.1 - 200-c

Henrique Franco RI 7353-9 Auxiliar Administrativo